



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



CONTRATO 066/2015
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 020/2015
MODALIDADE: PREGÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 354/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

Contratado: SERVET HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.860.073/0001-89, sediada à Rua Matoso Maia, 283, Centro, Miracema, CEP 28.460-000, neste ato representado pela Sra. Maria Luzia Bugini Paiva, portador da Carteira de Identidade nº 06100070-9 e do CPF/MF nº 680.711.837-68.

Nos termos da proposta da Empresa **SERVET HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA LTDA-ME**, estabelecemos Contrato de Prestação de Serviços de higienização de reservatórios e dedetização das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para assim atender à Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, proposta vencedora do julgamento estabelecido pela Comissão de Licitação no Pregão nº. 020/15, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal em 26/08/2015. O Contrato será regido nos termos do Edital de Licitação e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O Objeto do presente termo é a Contratação de firma especializada para:

1 - Contratação de Empresa Especializada para Execução dos Serviços de controle de vetores e pragas e higienização de reservatórios de água, conforme especificado no anexo da proposta de preços.

Cláusula Segunda- Das Obrigações da Contratada

São obrigações da CONTRATADA, além de outras que lhe decorem da Lei, do Contrato, da natureza e especificações dos serviços, da sua proposta e de outras disposições deste instrumento:

I - Conduzir e executar os serviços de acordo com as normas técnicas pertinentes e com rigorosa observância dos termos do presente contrato, das especificações respectivas e da proposta oferecida;



II - Prover a execução dos serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, previamente aprovado pelo CONTRATANTE, submetendo à aprovação deste quaisquer alterações de equipe destacada para aquela execução;

III - Manter, na vigência deste Contrato e enquanto for exigível qualquer obrigação dele decorrente ou a ele relativa;

IV - Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, sempre que solicitada a substituição pelo CONTRATANTE, em 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da solicitação;

V - Corrigir e rever, sem qualquer ônus para CONTRATANTE e sem alteração do prazo e demais condições do presente Contrato, as falhas ou defeitos verificados na execução ou conclusão dos serviços;

Todas as despesas com alimentação, combustível e transporte dos materiais utilizados estarão a cargo da Contratada.

VI - O local dos serviços deverá ser limpo;

VII - Correrão por conta da contratada todos os reparos que se fizerem necessários nos locais eventualmente afetados em decorrência da execução dos serviços;

VIII- A Empresa deverá contemplar na sua proposta todos os impostos e taxas pertinentes, não cabendo qualquer outro custo adicional para os serviços prestados;

IX- Os serviços deverão ser entregues livres de entulho ou sobra de materiais;

X- Fornecer, sempre que solicitado pela Administração, informações e/ou esclarecimentos, através de mapas e relatórios, relativos aos objetivos da presente licitação;

XI- Executar os serviços, verificações técnicas e reparos por meio de técnicos comprovadamente especializados, responsabilizando-se pela má atuação dos mesmos, bem como pela estada, alimentação ou quaisquer outras despesas dos mesmos;

XII- Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, seja por motivo de férias, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão qualquer relação de emprego com o FMS, sendo de exclusiva responsabilidade da Empresa prestadora de serviço as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários;

XIII- A Contratada deverá realizar 01(uma) visita mensal nas Unidades Escolares contempladas, nos dias úteis no horário de 08:30 as 17:30 horas;



Cláusula Terceira - Dos Recursos Financeiros

As despesas com a execução dos serviços correrão a conta da dotação funcional programática 12.01.12.361.0021.2033 – despesa 319 – elementos de despesa 33.90.39.00.00.00 – da Secretaria Municipal de Educação.

Cláusula Quarta - Da Fiscalização

A fiscalização da execução dos serviços competirá a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, ao qual reconhece a CONTRATADA autoridade para dirimir quaisquer casos particulares de dúvidas ou omissões deste Contrato ou das especificações dos serviços, assim para impor penalidades previstas, como de sua competência, em Lei ou neste instrumento.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA declara submeter-se às condições, métodos e processos de inspeção, verificação, controle e correção adotados pela fiscalização da CONTRATANTE, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, informações, esclarecimentos ou comunicações necessárias, ao exercício da fiscalização.

Parágrafo Segundo: A existência, presença e atuação da fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade legal e contratual da CONTRATADA, nem a dispensa de manter controle próprio da execução do Contrato.

Cláusula Quinta - Da Rescisão

A rescisão contratual poderá ser:

I - Determina por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração e judicial nos termos da legislação - art. 79, incisos I e II da Lei Federal nº 8.666/93;

III - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

IV - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei federal nº 8.666/93.

Cláusula Sexta - Das Obrigações da Contratante

I - Efetuar, observadas as condições estipuladas neste contrato, o pagamento devido à CONTRATADA;



II - Fornecer à CONTRATADA os documentos e informações necessárias a execução dos serviços, dando-lhe acesso ao local dessa execução;

III - Fiscalizar a execução dos serviços e o cumprimento deste contrato.

Cláusula Sétima - Do Preço e Condições de Pagamento

A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

I- A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

II- **O PAGAMENTO** será feito mensalmente após a realização dos serviços executados.

III- **OS SERVIÇOS** objeto da presente licitação serão entregues imediata e integralmente, devendo ocorrer até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta;

IV- O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

V- O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

VI- A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

VII-. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

VIII- O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

IX- A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.



X- Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

365

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

Cláusula Oitava - Dos Prazos

Os serviços serão feitos imediatos, sendo que o prazo de validade dos mesmos serão para o período de 12 meses. A Contratada deverá realizar 01(uma) visita mensal nas Unidades Escolares contempladas, em dias úteis no horário de 08:30 as 17:30 horas;

Cláusula Nona - Da Responsabilidade e Penalidades

I- O não cumprimento injustificado pela contratada de quaisquer das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos neste Edital, sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

II- A Prefeitura utilizará nas aplicações de multa os seguintes parâmetros:

II.1. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

II.2. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida no Edital.
- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.
- c) Não manutenção da proposta.
- d) Comportamento inidôneo.
- e) Realização de fraude fiscal.



II. Atrasos injustificados na execução do contrato: multa de mora diária de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da obrigação.

III. O prazo para pagamento de multa indenizatória será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

IV. Por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, a CONTRATADA se reconhece responsável pelo fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas, respondendo pelos prejuízos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a CONTRATANTE, em razão de danos a terceiros.

Parágrafo único: Responde, ainda exclusivamente e diretamente, a CONTRATADA por todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais secundárias e previdenciárias relacionadas ao presente contrato ou vinculadas à sua execução, bem como por todos os custos e encargos relativos ao material e à mão de obra, necessários à mesma execução, inclusive quanto ao uso de marcas, patentes, processos e licenças, porventura envolvidos nessa execução, obrigando-se a manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer exigências, reclamações ou demandas atinentes a tais obrigações, a cuja cobrança regressiva, igualmente, estará sujeita a CONTRATADA, caso impostas ao CONTRATANTE.

Cláusula Décima - Dos Direitos do Contratante

São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no art. 58 da Lei n.º 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas neste Contrato.

Cláusula Décima Primira - Da Cessão ou da Transferência

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

Cláusula Décima Segunda - Da Publicação do Contrato

Após a assinatura deste contrato, a CONTRATANTE providenciará a publicação deste termo em extrato em jornal de circulação no Município.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais especial ou privilegiado que seja.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Paracambi/RJ, 31 de agosto de 2015.

Tarciso Gonçalves Pessoa
Prefeito Municipal de Paracambi
Contratante

Maria Luzia Bugini Paiva
SERVET HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA LTDA-ME
Contratado

Testemunhas:

João